

População e economia em Cabo Frio, Capitania do Rio de Janeiro, segundo o censo colonial de 1797*

Population and economy of Cabo Frio, Captaincy of Rio de Janeiro, according to the colonial census of 1797

Heitor Pinto de Moura Filho**

Resumo: Cana-de-açúcar foi plantada em quase todo o território brasileiro, destinada à produção de açúcar, de aguardente e para consumo direto do caldo. Os levantamentos da população e da produção econômica realizados ao final do século XVIII pela coroa portuguesa em algumas freguesias fluminenses são as fontes que mais se aproximam das listas nominativas disponíveis para as capitanias de São Paulo, incluindo o atual Paraná, e Minas Gerais. Para o Rio de Janeiro, listam nominalmente somente os chefes de fogos, sendo os demais indivíduos apenas quantificados, juntamente com indicação das atividades produtivas que exercem. Apesar de sujeitos a várias prováveis omissões e imprecisões, os dados dessas fontes representam a informação mais detalhada, fogo a fogo, sobre o território fluminense em todo o período escravista. Analisamos o *Mappa geral dos fogos (...)* de 1797, que permite importantes conclusões sobre a composição desta população e suas atividades econômicas.

Palavras-chave: Agricultura de subsistência; Composição de famílias; Escravidão; Açúcar e álcool; Alimentação.

Abstract: Sugarcane was planted in almost all of Brazil, destined to produce sugar, cane brandy and also for direct consumption of its juice. The censuses of population

* Submissão: 11/09/2021 | Aprovação: 02/02/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v25i2.831

** No dia 18 de janeiro de 2022, faleceu Heitor Pinto de Moura Filho, nosso colega historiador econômico e associado da ABPHE. Heitor se graduou em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1972. Concluiu seu mestrado em História também na UFRJ, em 2005, defendendo sua dissertação acerca das estatísticas demográficas de Pernambuco no século XIX. Deu continuidade aos seus estudos demográficos em seu doutorado em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), concluído em 2020, defendendo sua tese sobre a demografia histórica da escravidão no Rio de Janeiro no século XIX. Evidentemente, por conta da sua especialização, integrou e teve uma participação muito ativa no Grupo de Trabalho População e História da ABPHE. Heitor também era figura sempre presente nos grandes eventos de nossa entidade, apresentando trabalhos não apenas no campo dos estudos demográficos, como também nos campos da modelagem matemática, história quantitativa, produção açucareira e comércio internacional. Ele chegou a publicar mais de 60 trabalhos em coletâneas e periódicos especializados nacionais e estrangeiros, com temáticas que focalizavam os seus diversos campos de interesse. Certamente, sentiremos muita falta do nosso colega e da continuidade da sua importante contribuição para os estudos de História Econômica em nosso país.



and economic activity carried out at the end of the 18th century by the Portuguese crown in some parishes of the captaincy of Rio de Janeiro are the sources which come closest to the numerous nominative censuses available for the captaincies of São Paulo, including modern Paraná, and Minas Gerais. For Rio de Janeiro, these censuses only listed nominally the heads of hearths with indication of their productive activities. All other residents were only counted. Despite suffering from many very probable omissions and imprecisions, these sources represent the most detailed information, hearth by hearth, available for Rio de Janeiro during slavery. We analyze the *Mappa geral dos fogos (...)* from 1797, which authorizes important conclusions about its population and economic activities.

Keywords: Subsistence agriculture; Family composition; Slavery; Sugar and alcohol; Foodstuffs.

JEL: N56.J10.

Propomos analisar, neste texto, os dados populacionais e sobre produção registrados no *Mappa geral dos fogos, populações, engenhos, fábricas, gados e rendimento anual pertencente ao distrito de Cabo Frio*, levantado em 1797 por determinação da Coroa portuguesa.¹ Apesar de tratarmos, por vezes em detalhe, de diversos aspectos substantivos, de natureza econômica e demográfica, da região analisada, nosso principal propósito é metodológico: como avaliar o conteúdo quantitativo de uma importante – e rara – fonte histórica. Para isto, buscamos primordialmente uma análise interna, comparativa entre as várias categorias discriminadas nesse censo. Encaixa-se nesse formato a maior parte das discussões demográficas. Complementando a identificação de omissões no recenseamento, examinamos a plausibilidade histórica de algumas quantidades registradas no documento. Quanto à população, buscamos comparação com os resultados de levantamentos realizados na região entre 1750 e 1821. Sobre o tamanho dos planteis de cativos em unidades canavieira, buscamos parâmetros técnicos que relacionam a produção de cana à força de trabalho empregada, para avaliar a precisão dos números registrados. Extraímos tais parâmetros referentes ao setor canavieiro fluminense das *Relações parciais apresentadas ao Marquez de Lavradio*, inventariadas ao final de 1778 e início de 1779, isto é, pouco menos de duas décadas antes do levantamento de 1797. O fato de a região de Cabo Frio apresentar marcantes especificidades em suas características naturais, econômicas e populacionais, que a distingue do restante do Rio de Janeiro – particularidades essas em parte presentes no levantamento de 1797, mas também em parte ausentes desse censo – traz complexidade adicional à avaliação proposta. Tendo em conta esse diferenciado contexto físico e social, procuramos, tanto quanto possível, referenciar esta avaliação unicamente a documentos e estudos relativos à própria região do Cabo Frio, deixando para pesquisas mais extensas eventuais comparações com outras regiões, tanto fluminenses, quanto fora do Rio de Janeiro.

1. Natureza, economia e mercantilismo

A história das atividades econômicas na região de Cabo Frio vincula-se intimamente, por um lado, às conjunturas políticas e econômicas da empreitada colonial portuguesa no Brasil e, por outro, às características naturais da região.

As condições naturais da região foram detalhadamente estudadas por

¹ Projeto Resgate. AHU-Rio de Janeiro, cx.165, doc.62.

Lamego (1946), que expôs a evolução geológica costeira, resumida na sequência temporal de enseadas, restingas, lagoas, pântanos e planícies. Toda a costa do Rio de Janeiro sofreu esse processo, sendo o trecho correspondente ao distrito de Cabo Frio, entre Maricá e a Lagoa Feia, particularmente marcado por esses elementos físicos. Para Lamego, tal conformação teria favorecido a pesca como a mais propícia atividade de subsistência, também beneficiada por outro fenômeno natural, oceânico, que se agregou à geologia costeira para proporcionar notável trunfo à pesca na região. Na ponta do Cabo Frio, ocorre anualmente o fenômeno da ressurgência, formado pela subida à superfície de correntes oceânicas frias. Essas correntes trazem grande quantidade de matéria orgânica da plataforma continental, tornando as águas locais extremamente piscosas. Assim, aliadas às atividades agrícolas e de coleta de subsistência, a pesca e a extração de sal, necessário à conservação do pescado e de outras carnes, foram, desde antes da chegada de europeus, importantes atividades econômicas da região.²

Desde as primeiras viagens exploratórias, o próprio Cabo Frio destacava-se como marco geográfico para a navegação, ponto onde a derrota das naus mudaria de direção.³ O primeiro sítio fortificado na costa brasileira foi erguido justamente ali, em 1504, tornando-se polo para a exploração do pau-brasil. Desde então até o início do século XVII, a região foi intermitentemente ocupada por franceses e frequentada por europeus de diversas origens em busca da madeira. O caldeirão demográfico local foi composto por outro considerável conjunto de movimentos migratórios, envolvendo as populações nativas. Embora, à chegada dos portugueses, a região fosse habitada pelos tamoios e goitacazes, indígenas de regiões distantes, ao norte e ao sul do Rio de Janeiro, foram trazidos para participar dos prolongados conflitos entre portugueses e franceses que marcaram quase todo o primeiro século da ocupação europeia.⁴

Em 1615, a criação da vila de N. S. da Assunção, com foros de cidade,

² Ana Luíza Spadano, do Departamento de Geoquímica da UFF, definiu “ressurgência”: “Nesse período [setembro a março], os ventos alísios do Nordeste provocam o deslocamento das águas superficiais da Corrente do Brasil (quente e pobre em nutrientes) para longe da costa, fazendo emergir as Águas Centrais do Atlântico Sul – ACAS (águas frias e ricas em nutrientes)...” Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=641.2.6>>. Acesso em: 11/09/2021. Preferimos o termo “natureza” a “ambiente” ou “meio ambiente”, seguindo a discussão em Ribeiro e Cavassan (2013).

³ “(...) aonde se acha o cabo, que demandam todas as embarcações vindas do norte para o Rio de Janeiro.” (*Memória histórica*, p. 205)

⁴ Maurício Abreu (2010, v.1, p. 174-185) descreve as várias tentativas de trazer índios de outras regiões para fundar aldeias em Cabo Frio, seguidas pela efetiva fundação da aldeia de São Pedro.

delimitou o início de um povoamento estável por portugueses, apoiados em significativa presença das ordens religiosas. Logo em seguida, em 1617, seria fundado o aldeamento de São Pedro, como apoio aos colonos contra as tribos goitacazes.⁵

Como é sabido, o mercantilismo colonial português interveio em todas as atividades econômicas que pudessem gerar rendas para a Coroa, estabelecendo estancos reais – isto é, o monopólio sobre a extração, transporte, comercialização para o reino e comercialização do reino para outros locais de certos produtos, bem como sobre a concessão dessas atividades a contratadores. Entre esses produtos, dizem especial respeito à região do Cabo Frio o pau-brasil e o sal, este último essencial ao transporte do pescado. Enquanto, no caso do pau-brasil, o estanco real pretendia controlar o lucro com a madeira, no caso do sal, essa determinação visava unicamente impedir sua extração no Brasil, de modo a proteger os interesses de contratadores que traziam o produto da Europa. Os relatos de frequentes visitas de “piratas” europeus em busca da madeira corante e a facilidade de extração do sal pela população local nos levam a crer que essas determinações reais fossem regularmente burladas.⁶

Além da extração de pau-brasil e da pesca, outra importante atividade vinculada às propícias condições naturais de Cabo Frio foi a caça à baleia, cuja gordura era transformada em óleo, então empregado para iluminação e para a construção, enquanto sua carne alimentava escravos e as populações que se dedicavam ao “desmanche” dos cetáceos nas armações. De meados do século XVII até 1801, também essa “indústria” dependeu de autorização real, tendo sido formada uma companhia monopolista em 1765. No *Mappa geral*, no entanto, não encontramos qualquer referência à atividade baleeira, à pesca ou à produção salineira.⁷

⁵ Por alvará régio, a povoação é declarada cidade em novembro de 1615, sendo instalada sua administração em agosto de 1616 (Pizarro, 1820, t.2, p. 133-139; Laxe, 1885, p. 443-458). Logo depois, os jesuítas estabeleceram uma colônia indígena na atual São Pedro da Aldeia e, como a ordem de São Bento, receberiam sesmária na qual formaram fazendas agrícolas e de criação. Ao final do século XVII, a ordem de São Francisco estabelecerá um convento urbano (Pereira *et al.*, 2017; Barbosa, 2020). Ao fundarem a cidade em 1615, os portugueses ainda acham “(...) cinco embarcações holandesas que carregavam de pau-brasil e, em terra (...) um pequeno forte construído de pedra e cal (...) e um casa de abóbada (...) que, antecedente a estes holandeses, havia sido edificada pelos franceses, igualmente negociantes dos mesmos efeitos (...)” (*Memória histórica*, p. 206).

⁶ O estanco do pau-brasil viveu desde o século XVI. Foi reafirmado com a abertura dos portos em 1808, permanecendo “adormecido” até as primeiras décadas do Brasil independente (Lima, 2009). O estanco do sal vigorou até 1801, quando após uma década de debates focados na manutenção das rendas da Coroa, foi extinto, junto com o estanco sobre a caça à baleia (Aidar, 2016). Além desses, também foram sujeitos ao monopólio real o tráfico de africanos, tabaco, especiarias, prata, cobre e açúcar (Vitorino; Rizzi, 2012).

⁷ Vitorino e Rizzi (2012) abordam a importância do sal para Portugal, tratando das relações entre o estan-

Em sentido contrário às restrições impostas a atividades econômicas pelos estancos reais, a administração do Marquês de Lavradio trouxe incentivos ao plantio do anil e à criação da cochonilha, matérias-primas para tinturas. Embora documento do final do século XVIII (a *Memória histórica da Cidade de Cabo Frio*) faça referência a não serem próprias para o cultivo do anil as terras da região de Cabo Frio, o *Mappa geral* registra a presença do cultivo do anil em cerca de um quinto dos fogos recenseados, demonstrando a penetração territorial dessa política de fomento e, sem dúvida, também a atenção dada pelos recenseadores ao produto.⁸

Iniciamos nossos comentários sobre os dados registrados no *Mappa geral* com menção à pesca, à extração de sal e à caça a baleias – atividades omitidas desse levantamento – justamente para sublinhar o fato de ter havido seleção das atividades que foram registradas nessa fonte, reforçando a necessidade de cuidados na sua análise. Apesar de tais relevantes omissões e das imprecisões comentadas no que segue, o documento permanece como um dos poucos levantamentos censitários com registro por fogo disponíveis para a região fluminense durante a época escravista. É inegável sua importância por detalhar a composição demográfica dos fogos, o uso da terra e a produção econômica, informações que, posteriormente, só iriam ser retomadas no *Recenseamento do Brasil* de 1920.⁹

Frente a documento tão relevante para a história demográfica e econômica da região, apesar das omissões acima e de suas eventuais inconsistências

co, o contrabando e os interesses das câmaras locais em oposição aos interesses da Coroa. Paz (2015) mostra a importância da caça a baleias na Europa e estuda o monopólio real sobre ela, focando na Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil que operou de 1765 a 1801. Castellucci (2015) faz interessante comparação entre essa atividade nos Estados Unidos e no Brasil. Bacha (2016) apresenta a evolução das técnicas baleeiras.

⁸ Sobre este curto período de incentivo à produção de anil, ver Pesavento (2005) e Oliveira (2017). Era garantida pela Coroa a compra a preço fixo de qualquer produtor, apesar da frequente falta de espécie para liquidar o compromisso real. Ao tratar das atividades econômicas do entorno da cidade do Rio de Janeiro, L. Brown (1986:56) menciona o cultivo de anil em Cabo Frio. D. Alden (1965) descreve a expansão e declínio da tentativa portuguesa de produzi-lo no Brasil, dentro do contexto da concorrência mundial entre metrópoles coloniais e, em Alden (1968:372-380), relata a aplicação do incentivo ao anil e à cochonilha no Brasil. Não há menção à produção de cochonilha no *Mappa*, embora a *Memória histórica* (p. 219) trate do incentivo real, da existência anterior de produção e da vantagem de sua plantação em terrenos arenosos, como das restingas na região de Cabo Frio.

⁹ Dos levantamentos individualizados por fogo realizados na capitania do Rio de Janeiro, só foram encontrados em arquivos, além do *Mappa geral* relativo ao distrito de Cabo Frio, os documentos referentes à região oeste da cidade do Rio de Janeiro (*Descrição do Districto da Guaratiba etc.*, 1797), à região de Macacu (*Descrição do que contém etc.*, 1797) e à região de Campos dos Goitacazes (Reis, 2011[1785]), estudados em diversas pesquisas que resultaram em dissertações e teses. Em contraposição, para as capitanias de São Paulo, que então incluía o atual Paraná, e de Minas Gerais, são conhecidos numerosos levantamentos nominativos, cobrindo a última década do setecentos e as três primeiras do século XIX.

quantitativas, procuramos avançar no estreito caminho entre a estatística original, registrada na fonte, e a realidade histórica que podemos inferir do que está anotado nesse registro e do que foi omitido dele.

2. A população das freguesias de Cabo Frio

Como balizamento inicial para a avaliação quantitativa dos dados registrados no *Mappa geral*, vejamos como teria evoluído a população do distrito ao longo da segunda metade do século XVIII. Em 1778, o Distrito de Cabo Frio compreendia as freguesias de N. S. da Assunção de Cabo Frio, N. S. de Nazaré de Saquarema e as aldeias indígenas de São Pedro e da Sagrada Família do Ipuca. Logo depois da realização do censo de 1797, em 1799, São Sebastião de Araruama seria ereta em paróquia, com território desmembrado da paróquia sede e de Saquarema. No censo de 1821, além das anteriores, o distrito também já incluía a freguesia de N. S. da Lapa de Capivari, estabelecida em 1801, por desmembramento de Ipuca. Para organizarmos em série histórica os resultados desses vários censos populacionais, portanto, é essencial ter em conta essa genealogia administrativa, que restringe as possibilidades de agregação dos números.

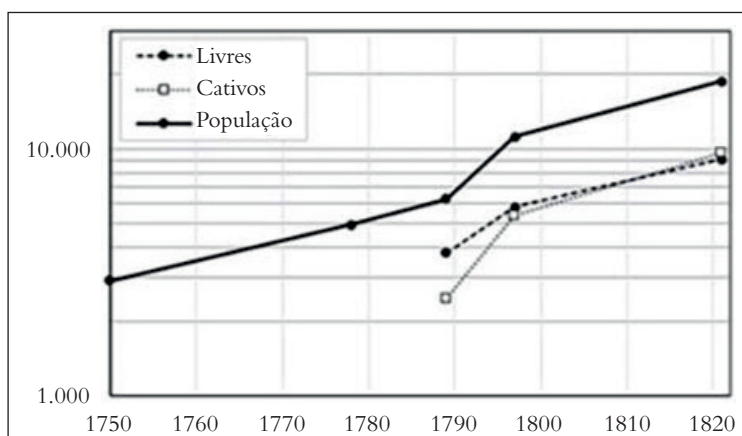
Tabela 1 – Cabo Frio. Cobertura geográfico-administrativa dos censos e grupos sociais recenseados. c.1750 a 1821

Freguesia	c.1750	1778	1789	1797	1821
N. S. da Assunção	PC	H	L, E	[CF]	L, E
N. S. de Nazaré de Saquarema	PC	H	L, E	[CF]	L, E
Aldeia de São Pedro	s/i	H	L, E	[ASP]	L, E
Sacra Família do Ipuca	s/i	H	L, E	[CF]	L, E
São Sebastião de Araruama	s/i	s/i	s/i	s/i	L, E
N. S. da Lapa do Capivari	s/i	s/i	s/i	s/i	L, E

Nota: **PC** = pessoas de comunhão, isto é, com 7 anos ou mais; **H** = habitantes, sem indicação de condição social; **L** = livres; **E** = escravos; **s/i** = a freguesia não existia ou não foi recenseada; **[CF]** = incluída no censo de Cabo Frio; **[ASP]** = incluída no censo da Aldeia de São Pedro.

Fontes: c.1750: *Relação da Catedral*; 1778: *Relações parciais apresentadas ao Marquez de Lavradio*; 1789: *Memórias publicas...*; 1797: *Mappa geral...*; 1821: *Mappa da população da corte e capitania do Rio de Janeiro*.

Gráfico 1 – Cabo Frio (excluída a aldeia de São Pedro). Evolução da população recenseada. c.1750 a 1821. (Escala logarítmica)



Nota: Foram considerados os dados ajustados referentes a 1750, 1778 e 1789, conforme discussão em Moura Filho (2020, p. 481-486).

Fontes: Relacionadas na tabela anterior e Moura Filho (2020).

Como fica claro na tabela acima, a disposição em série temporal dos dados censitários referentes a Cabo Frio requer ajustes quantitativos e agregações de paróquias e/ou grupos sociais de modo a se chegar a números minimamente homogêneos. Sob o aspecto geográfico, há dois conjuntos de freguesias que podem ser sequenciadas de 1750 a 1821 sem sobreposições ou omissões: o primeiro é a Aldeia de São Pedro e o segundo é o conjunto das demais freguesias. A abertura por condição social só passa a existir a partir de 1789. No gráfico a seguir, representamos a população total e por condição social para o conjunto de paróquias, excluída a aldeia de São Pedro, listada separadamente nesses vários recenseamentos e que não analisamos aqui. Estando o gráfico em escala logarítmica, as inclinações das retas são proporcionais às taxas de crescimento da população em cada período intercensitário. Nas quatro décadas de 1750 a 1789, teria havido aumento da população total a 2,0% ao ano. No período de 1789 a 1797, essa variação subiu drasticamente para 7,1% ao ano, retornando daí até 1821 a crescimento de 2,3% ao ano. A continuidade da evolução de 1750 a 1789, primeiro ano para o qual o número total é comprovadamente composto pela soma de livres e cativos, parece indicar que os totais censitários de 1750 e 1778, de fato, se referem à soma de ambas as condições sociais.

É importante notar que o aumento populacional mais rápido entre 1789 e 1797 ocorreu devido principalmente a forte entrada de escravos, cujo total cresceu a 10,2% ao ano nesses oito anos, em comparação com aumento de 5,5% ao ano para os livres. A partir de 1797, houve redução nessa variação,

De um total de 1.541 fogos computados,¹⁰ há 5 que apresentam características “institucionais”: um é uma “aldeia”, sem outra qualificação ou indicação do número de habitantes livres; três são instituições religiosas (os conventos de São Bento, Santo Antônio e do Carmo); e um quarto uma grande fazenda sem referência a família ou ao estado civil do chefe, o que sugere ser absenteísta seu proprietário. Este, o capitão-mor Brás Lemos, teria 111 escravos, sendo o quarto maior possuidor de cativos da região. Infelizmente, além da anotação de que dispunha de uma das maiores extensões de terra (duas léguas)¹¹, não há qualquer indicação da produção econômica na qual trabalharia seu grande plantel. Essa omissão no registro das atividades econômicas se repete ao longo do *Mappa*, não ficando claro, caso a caso, se a ausência de registro de terras, animais ou produção significa a inexistência de tais bens ou simplesmente a omissão em registrá-los. Dos 1.541 fogos tabulados, há indicação de crianças livres em 1.008 (65,4%), de escravos em 839 (54,4%), de área de terra em 722 (46,9%), de gado em 164 (10,6%), de equinos em 555 (36,0%) e de alguma forma de produção em 900 (58,4%). Merece destaque o fato de que, nos 510 fogos sem registro de qualquer tipo de atividade econômica ou propriedade de gado ou equinos, constam 3.362 pessoas (30,2% da população total), sendo 1.506 escravos (28,2% do total de cativos). Entre esses, também há 25 fogos com anotação de posse/propriedade de terras. Só podemos supor que essas pessoas teriam sobrevivido ou da prestação de serviço/trabalho ou de tipos de atividades não registrados no censo ou ainda que, embora realizassem algumas das atividades constantes do censo, suas produções e/ou animais não foram anotados. O mais provável é ter ocorrido uma combinação dessas situações.

Para uma avaliação historiográfica do *Mappa* como fonte, devemos ter claro – como reforçado acima – que as atividades econômicas nele relacionadas representavam somente parte do conjunto de atividades de subsistência e comerciais da região, tendo ficado completamente de fora qualquer referência a pesca, indústria baleeira, salinas, corte e preparação de madeiras, transportes terrestre e marítimo, bem como comércio, além da pequena criação e de pomares e hortas individuais.

¹⁰ O quadro-resumo que consta da página 65 do arquivo pdf no Projeto Resgate (AHU_ACL_CU_017, cx.161, d.12.100) soma 1.571 fogos e 11.316 pessoas em Cabo Frio, enquanto nossa tabulação dos dados encontrou 30 fogos a menos (-1,9%) e 186 indivíduos a menos (-1,6%). Creemos que tal discrepância se deve ao desencontro nas páginas finais do arquivo, que misturam partes de folhas referentes a Cabo Frio com partes de folhas referentes à aldeia de São Pedro, que não computamos aqui.

¹¹ Aproximadamente 8.700 hectares. Empregamos as equivalências de medidas dadas em Sauer (s/d).

A população de Cabo Frio ao final do setecentos de fato sobrevivia principalmente com os alimentos brasileiros usuais – farinha de mandioca, feijão, arroz e milho.¹² Embora o levantamento mostre somente gado vacum e equinos, é bastante provável que grande parte das famílias deva ter mantido galinhas e, possivelmente, porcos. Em testemunho da circulação de carnes, havia um “recebedor do subsídio das carnes de açougue”, entre os oficiais da Câmara. Encontradas por toda a costa, podemos também supor a presença de plantas frutíferas fora das terras arenosas.¹³

Tratando-se de uma região costeira, a pesca por certo complementava a dieta geral, sendo o pescado alimento predominante para muitas famílias, além de comercializado fresco localmente e salgado para transporte. A *Memória histórica* (p. 210) é taxativa: “O comum alimento de que usam seus habitantes é o peixe (...)”. E ressalta a importância da atividade na região ao tratar das faltas de alunos nas aulas de gramática, quando anota que há “falta de vontade (...) e de estímulo dos pais, os quais se empregam e a seus filhos nos exercícios da pescaria, para que propendem todos.” A extração de sal nas lagoas da região é mencionada por viajantes e cronistas desde os primórdios da colônia como atividade já praticada pelos índios. A *Memória histórica* (p. 220-222) cita 9 locais de salinas entre Araruama e o Cabo Frio. Em 1797, quando do levantamento do *Mappa*, vigorava o estanco do sal, que podemos

¹² São esses os alimentos que Maximiliano Neuwied (Accioli, 2017, p. 57) encontra em Maricá, a caminho de Cabo Frio: “Nas proximidades [de Maricá] planta-se mandioca, feijão, milho, algum café e principalmente cana de açúcar”. Na *Memória histórica* (p. 210), há menção ao feijão e “algumas vezes” arroz como os alimentos mais comuns na região. Quanto a esse aspecto, o detalhado relato de Manoel M. do Couto Reis (2011[1785]) sobre a região de Campos pode ser tomado como também descrevendo as práticas agrícolas de Cabo Frio: “O uso praticado por estes lavradores é o geral do Brasil: deitam à força de braços monstruosos matos abaixo (...) com enxadas cavam a terra e a revolvem naquelas partes que se hão de plantar e, sem mais benefícios, cravam pequenas estacas da rama de mandioca e semeiam milho, feijão e o mais que desejam, até que produza. (...) As simples lavouras de milho e feijão não têm mais fábrica que a colheita, resguardá-los da umidade, beneficiá-los em ordem de se recolher. (...) Mas a mandioca precisa já de maior fábrica para se reduzir em farinha. (...) ocupam-se três pessoas neste exercício, uma sentada sobre a mesa ministrando a mandioca para a roda e duas tangendo-a a toda a força.” (p. 121-122) [com nosso grifo]

¹³ A *Memória histórica* (p. 208-210) fala da ausência local de frutas na região mais perto da costa: “(...) sendo todo este Brasil abundante de laranjas, bananas e limões, só neste distrito [de Cabo Frio] não se encontram; algumas que aparecem por acaso são levadas [isto é, trazidas] de fora, por isso perdem seu mais especial sabor, quando o trato delas não é mimoso. Algumas árvores dessas mesmas frutas que em alguns lugares se conservam, pelo mau benefício que lhes dão, parecem ser de todo árvores silvestres e não frutíferas.” Ao tratar da fertilidade das terras, no entanto, registra que: “O terreno que se acha apartado dos lagos de Araruama e Saquarema é fértil e capaz de toda a qualidade de legumes, canas d’açúcar, mandiocas, arrozes etc., exceto já quando o rigor da estação nega as chuvas, com que todas essas produções se nutrem, e quando os nordestes (...) são continuados e excessivos.” (p. 218)

supor impedisse a comercialização ostensiva do sal, embora não sua extração para consumo familiar e distribuição como contrabando.¹⁴

Como mencionamos, a caça a baleias foi outra importante atividade regional vinculada ao mar, com armações estabelecidas na ponta dos Búzios. Tratava-se de empreendimento que envolvia contingente numeroso, inclusive de escravos, no mar e em terra, para separar e preparar o óleo e a carne, bem como comercializar esses produtos, incluídos os ossos, empregados como matéria-prima para vários tipos de objetos domésticos.

Além das atividades de cunho mais diretamente comercial registradas no *Mappa* (como gado, açúcar, aguardente, anil e olarias), um relatório anterior da administração colonial, as *Relações parciais apresentadas ao Marquez de Lavradio*, de 1779, menciona a existência no porto de Cabo Frio de 20 barcos de pesca, 11 para transporte de madeiras e 6 para transporte de mantimentos. A *Memória histórica* registra o uso de embarcações em Cabo Frio e nos rios São João e Macaé para o transporte de açúcar, aguardente, arrozes, salga de peixe e madeiras, porém sem explicitar quantidades. Quanto ao transporte até a metrópole, L. Brown (1986:159) informa ter sido comum o peixe salgado e outras mercadorias oriundas de Saquarema serem encaminhadas por tropas de mulas a portos próximos ou mesmo diretamente ao Rio de Janeiro, pois não havia portos na freguesia, nem indivíduos ricos o suficiente para possuírem barcos adequados à navegação até a Guanabara.

É interessante notar que a produção canavieira local se concentrava em relativamente poucas unidades (só 2,4% do total de fogos tabulados). Supomos que boa parte dessa produção fosse consumida localmente pelos mais de cinco mil habitantes da região. Outra atividade econômica de provável consumo local generalizado foi o fabrico de telhas e tijolos em olarias, ao qual se teriam dedicado 18 unidades.¹⁵

4. A posse de escravos

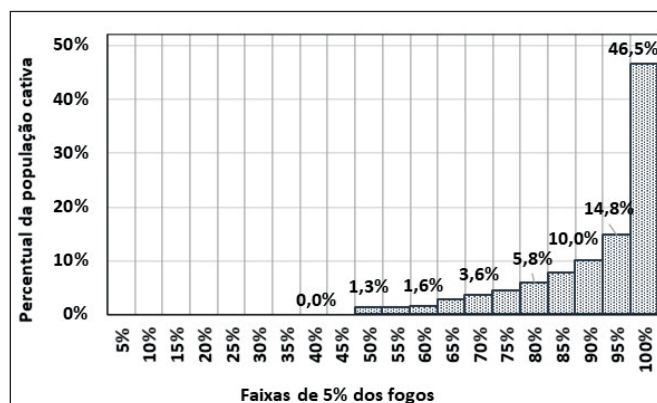
Como esperado de um censo colonial na época escravista, o *Mappa* dedica bastante atenção à população cativa da região. Um pouco mais da metade dos fogos listados no *Mappa* (839, equivalente a 54% do total) incluíam

¹⁴ Cf. Lamego (1946, p. 164-183), Paz (2015), Aidar (2016).

¹⁵ Maximiliano de Wied Neuwied, em sua viagem do Rio de Janeiro a Cabo Frio, em 1815, relatou a produção de cerâmica na aldeia de índios de São Lourenço, perto de Niterói, o que sugere que já fosse atividade comum entre os índios da região de Cabo Frio. (Accioli, 2017, p. 54)

escravos. A população escravizada correspondia a cerca de metade da população total (48%) e se distribuía de modo bastante assimétrico entre os fogos escravistas, com 10% dos fogos possuindo 60% dos cativos, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Cabo Frio (excluída a aldeia de São Pedro)
Percentual da população cativa por faixas de 5% do total de fogos



Fontes: *Mappa geral*, com nossos cálculos.

Os detalhamentos da população cativa registrados no *Mappa* permitem diversas análises demográficas, entre as quais a distribuição dos escravos conforme ao tipo de chefia de cada fogo, que consideramos importante indicador agregado das relações escravistas medianas. Os três conventos (com 12,3 cativos em média) tinham 3,8 vezes mais cativos do que a média de todas as famílias (com 2,4 cativos cada). Como não há indicação do número de religiosos, não é possível avaliarmos a proporção de cativos nessas comunidades. Curiosamente, ao computarmos, separadamente dos homens solteiros, os 16 fogos cujos chefes estão registrados como “padre”, vemos que todos possuíam cativos, com uma média de 14,7 escravos cada, planteis bem mais numerosos que aqueles dos demais fogos, que apresentavam uma média de 7,1 cativos por pessoa livre.

Considerada toda a população, as mulheres solteiras eram os chefes de fogo com menor número de escravos, com média geral de 1,9 cativos cada uma, enquanto os casais tinham média de 3,3 por fogo e os homens solteiros média de 5,0 cada. Se computarmos somente os possuidores de escravos, as mulheres solteiras ou viúvas possuíam 4,2 cativos cada, os casais 6,3 cada e os homens 6,6 cada. Esses indicadores sugerem a existência de relações medianas senhor-escravos distintas conforme o tipo de chefe do fogo, hipótese

que poderá ser mais bem investigada em estudos monográficos. Também podemos visualizar o contexto demográfico das relações escravistas, diferenciado por tipo de chefia de fogo, pela proporção média de escravos adultos com relação ao total de adultos em cada tipo de fogo. Por esse indicador da “densidade escravista entre adultos”, considerando somente os fogos com cativos, os fogos chefiados por homens solteiros se destacavam, com 80,3% dos adultos nesse conjunto sendo cativos. Seguiam-se os fogos de homens viúvos, com 68,3%; os de casais e mulheres solteiras, com 62,6%; e, com mais baixa densidade escravista os fogos chefiados por mulheres viúvas, com proporção de 57,2% escravos adultos no total de adultos desses fogos.

Tabela 2 – Cabo Frio (excluída a aldeia de São Pedro). Número de fogos, percentual de fogos escravistas e escravos por fogo, conforme o tipo de chefia do fogo

Tipo de chefia (a)	Número de fogos		Percentual de fogos escravistas	Escravos por fogo	
	Escravistas	Todos		Entre fogos escravistas	Entre todos os fogos
Padres	16	16	100%	14,7	14,7
Conventos	3	3	100%	12,3	12,3
Homens solteiros (b)	63	100	63%	8,0	5,0
Homens viúvos	59	89	66%	5,2	3,5
Casais	561	1.083	52%	6,3	3,3
Mulheres viúvas	110	203	54%	4,4	2,4
Mulheres solteiras	25	45	56%	3,5	1,9
Todos os fogos	839	1.541	54%	6,4	3,5

Nota: **(a)** Não listamos separadamente a fazenda absenteísta (com 111 cativos) e a “aldeia” (com 21 cativos), que, no entanto, constam do total. Tipos de chefia ordenados pelo número de cativos por fogo, no total da população. **(b)** Excluídos os padres.

Fonte dos dados: *Mappa geral*. Nossa classificação.

Outro detalhamento disponível no *Mappa* que possibilita interessantes análises demográficas é a separação dos cativos por sexo e entre adultos (“grandes”) e crianças (“pequenos”). Essas informações tornam-se importante indicador das composições familiares possíveis entre os escravos de cada fogo.

Tabela 3 – Cabo Frio (excluída a aldeia de São Pedro). Número médio de escravos adultos e crianças por fogo, e proporção de crianças entre os cativos, segundo o tipo de chefia do fogo

Tipo de chefia (a)	Adultos por fogo	Crianças por fogo	Número total de escravos	Proporção de crianças
Mulheres solteiras	2,2	1,3	87	37 %
“Aldeia”	14,0	7,0	21	33 %
Homens solteiros (b)	5,4	2,6	502	32 %
Mulheres viúvas	3,1	1,3	486	29 %
Casais	4,7	1,6	3.549	25 %
Homens viúvos	4,1	1,2	309	23 %
Padres	12,2	2,5	235	17 %
Fazenda absenteísta	93,0	18,0	111	16 %
Conventos	10,7	1,7	37	14 %
Todos os fogos escravistas	4,7	1,6	5.337	26 %

Nota: **(a)** Ordenados pela proporção decrescente de crianças entre os cativos. **(b)** Excluídos os padres. Fonte dos dados: *Mappa geral*. Nossa classificação.

Ao avaliarmos a proporção de crianças cativas em cada grupo, vemos que os conventos (14%), os padres (17%) e a fazenda absenteísta (16%) tinham as menores proporções médias de escravos menores; os casais (25%), os viúvos (23%) e viúvas (29%) ficavam em posição intermediária; e os solteiros (32%), as solteiras (37%) e a “aldeia” (33%) apresentavam as mais altas proporções de crianças entre os cativos. Embora os proprietários solteiros ou no fogo chamado de “aldeia” (para a qual não há registro do número de livres e somente do número de escravos) só reunissem 11,4% do total dos cativos, teria havido ali maior probabilidade da existência de famílias cativas. Os viúvos e os casais apresentam proporção (26%) compatível – como grande média – com a existência de família nuclear (um casal, um adulto avulso e uma criança).

A razão de sexo entre escravos, para todos os fogos com escravos, era de 1,40 homens cativos adultos para cada escrava adulta, uma proporção não incomum para regiões agrícolas escravistas. Este mesmo indicador para as crianças cativas, no entanto, apresenta-se em valor próximo, com 1,38 meninos por menina, excessivamente alto para uma população fechada a migrações nesta faixa etária. Desta discrepância, podemos concluir que, com alta probabilidade, terá havido subregistro de meninas cativas. A tabela a seguir mostra as razões de sexo por tipo de chefe do fogo.

Vemos que os indicadores referentes a crianças apontam para subregistro

de meninas cativas em todos os tipos de fogos, à exceção daqueles chefiados por mulheres solteiras, nos quais teria ocorrido situação inversa ou, possivelmente, teria havido alguma “seleção” de meninas em preferência a meninos, possibilidade estatística razoável dada a quantidade relativamente pequena de fogos na categoria. Parte da altíssima razão de sexo de crianças masculinas nos fogos chefiados por homens solteiros pode ter ocorrido através de processo semelhante, neste caso favorável à presença de meninos.

Tabela 4 – Razão de sexo entre escravos, segundo o tipo do chefe do fogo

Tipo de fogo	Número de fogos com escravos	Escravos adultos	Escravos crianças
Homens solteiros	78	2,43	1,89
Padres	15	2,39	1,79
Homens viúvos	59	1,49	1,50
Casais	562	1,28	1,30
Mulheres viúvas	110	1,16	1,41
Mulheres solteiras	25	0,77	0,78
Conventos	2	11,50	1,00
Fazenda grande	1	93	18
Aldeia	1	14	7
Todos os fogos com escravos	853	1,54	1,40

Fonte dos dados: *Mappa geral*. Nossa classificação.

Em combinação com as dificuldades de interpretação decorrentes de possíveis subregistros, esses indicadores mostram ter havido claras preferências por escravos masculinos ou por femininos, conforme as características dos chefes de fogos. Nos fogos de homens solteiros, havia 2,43 escravos adultos por escrava adulta. Nos fogos chefiados por mulheres solteiras, ao contrário, havia 29% mais mulheres que homens escravos.

5. A composição das famílias livres

Ao analisarmos a composição das famílias, isto é, quais eram as características do fogo e quantos filhos foram registrados, vemos que os casais compunham a expressiva maioria dos fogos (70,3%), seguidos pelos fogos chefiados por mulheres (16,1%), sendo 13,2% fogos de viúvas e somente 2,9% os de solteiras. Os fogos chefiados por homens sozinhos representavam 12,3% do total de fogos, sendo 6,5% de solteiros e 5,8% de viúvos.

O número médio de filhos nos fogos de casais (2,1 filhos/fogo) é baixo para uma época em que a fecundidade total das mulheres estaria em torno de 7 filhos ao longo de sua vida,¹⁶ o que parece indicar ter ali atuado uma combinação de fatores, como alta mortalidade de crianças pequenas, baixa natalidade em geral e/ou saída de casa dos jovens em idade relativamente baixa, além, é claro, do sub-registro de crianças nas primeiras idades, omissão com alta probabilidade de ocorrência nessa época. As viúvas apresentam a mesma média de filhos que os casais, fato compreensível, se supusermos que os maridos tenham morrido após ter nascido o que poderíamos chamar de “o último filho esperado”. Em ordem decrescente do número de filhos, aparecem em seguida os viúvos, com média de 1,4 filhos. Este menor número do que o das viúvas pode ser explicado – dada a então alta mortalidade neonatal – pela provável morte da mulher ainda em idade fértil antes do casal ter concebido seu “último filho esperado”. Seguem-se os solteiros, tendo as mulheres em média 0,5 e os homens 0,2 filhos.

Tabela 5 – Número médio de filhos por fogo, segundo o sexo e estado civil do chefe

Tipo de fogo	Número de fogos (a)	Filhos por fogo	sendo	
			até 10 anos (b)	> 10 anos
Casais	1.083	2,1	1,6 (74%)	0,5
Mulheres viúvas	203	2,1	0,9 (42%)	1,2
Homens viúvos	89	1,4	0,7 (52%)	0,7
Mulheres solteiras	45	0,5	0,3 (57%)	0,2
Homens solteiros	100	0,2	0,1 (56%)	0,1
Todos os fogos	1.520	1,9	1,3 (69%)	0,6

Nota: **(a)** Ficam de fora 21 fogos de padres, conventos, a aldeia e a fazenda absenteísta. **(b)** Os percentuais na coluna de filhos até 10 anos representam a proporção dessa faixa etária no total de filhos.

Fonte dos dados: *Mappa geral*. Nossa classificação.

A tabela acima mostra esses dados, com abertura do número de filhos, por idade, se até 10 anos ou mais velho. Indicamos também a proporção que as crianças até 10 anos representam no total de filhos de cada grupo. Vemos

¹⁶ Não há dados globais sobre a fecundidade total ao final do século XVIII, seja na região, na capitania ou mesmo no Brasil. Em torno de 1900, a fecundidade total média das mulheres no Brasil superou os 7 filhos e todas as indicações sociológicas e demográficas apontam para esse número como um padrão histórico. Com base no censo de 1940, esse indicador ainda era alto, com cada mulher brasileira tendo em média 6,7 filhos ao longo de sua vida. Cf. Mortara (1952, 1954), Kai (2009) e Moura Filho (2020),

que esta é maior entre casais e menor entre as viúvas, proporções explicáveis por ser provável terem-se tornado viúvas com filhos já crescidos.

Ao examinarmos as razões de sexo dos filhos, para os quais há indicação de sexo, as crianças livres até os 10 anos aparecem na proporção de 1,10 meninos por menina, valor plausível nessa faixa etária, numa população fechada à migração. Para os filhos maiores de 10 anos, no entanto, calculamos razão de sexo de 0,69 homens por mulher, que – cremos – deva ser interpretada como indicando que muitos filhos homens saíam de casa ainda adolescentes. A interpretação alternativa – possivelmente combinada com a primeira causa – implica o sub-registro deste grupo, mais provavelmente por fuga a eventuais alistamentos, fato frequentemente encontrado no sul do Brasil, mas que também poderia ter-se dado em Cabo Frio ao final do século XVIII.

6. O uso da terra

Se somarmos as áreas atribuídas aos 718 fogos com anotação de terras, chegamos a um total de cerca de 500.000 hectares.¹⁷ Na figura abaixo, demarcamos na região de Cabo Frio um polígono hipotético com esta área total. Vê-se que ocupa praticamente a totalidade da região que teria sido recenseada, da costa à serra do Mar e da Ponta Negra a Macaé. Apesar de a área poligonal incluir grandes extensões de lagoas e de serras, podemos supor que os registros do *Mappa* tenham, de fato, correspondido, com uma precisão aproximada, à totalidade da área do Distrito de Cabo Frio da época.

¹⁷ O *Mappa* registra áreas de terra seja em “léguas”, que, fazendo uso da medida de “légua de sesmaria”, com 6.600m, consideramos corresponder a 4.356 hectares (=6.600m×6.600m/10.000m²), seja em “braças” [quadradas], que convertemos a 4,84 metros quadrados por braça, ambas conversões conforme Sauer (s/d, p. 35).

Figura 2 – Polígono hipotético, na região de Cabo Frio, com área equivalente à área total anotada no Mappa (cerca de 500.000 ha)



Mapa: Google Earth. Nosso desenho.

A *Memória histórica* registra que poucas das sesmarias existentes na região estariam medidas e demarcadas “por todos os lados”. Este qualificativo nos sugere que as “frentes” das terras, mais provavelmente próximas de terras vizinhas ou de rios e caminhos, fossem delimitadas, enquanto o lado dos “sertões”, de acesso mais difícil, ficaria por medir e demarcar.¹⁸

Na tabela a seguir, resumimos os principais indicadores que combinam posse de terra e tipo de composição familiar.¹⁹ Devemos destacar que dois terços das terras recenseadas da região eram usadas por casais (coluna A), ao passo que, depois da fazenda absenteísta e dos conventos, eram os homens solteiros que dispunham das maiores glebas médias, 1.250 ha/fogo (coluna D). É interessante notar que mesmo as mulheres solteiras tinham em média (739 ha/fogo) terras mais extensas do que casais e viúvos em geral. Seriam as herdeiras? Dentro de cada grupo demográfico, a disponibilidade ou não de terras (coluna B) encontrava-se distribuída entre casais, homens solteiros e viúvos, enquanto somente cerca de 40% das mulheres sozinhas, solteiras ou viúvas, dispunham de terras. Os religiosos seculares se destacavam, sendo 56,3% % “proprietários” recenseados.

¹⁸ “Não se conhecem terras devolutas neste distrito, pela falta que há de medições e demarcações; e só consta haverem muito poucas sesmarias medidas e demarcadas por todos os lados (...)” (*Memória histórica*, p. 218)

¹⁹ O *Mappa* não indica o tipo de direito sobre a terra. Podemos supor que os recenseados com terras tenham sido sesmeiros, herdeiros, inventariantes, arrendatários ou mesmo posseiros suficientemente “estabelecidos” para terem suas terras registrados no censo.

Tabela 6 – Distrito de Cabo Frio. Área recenseada de terras, segundo o estado civil do titular

Tipo de fogo	% da área total de terras com cada grupo [A]	Proporção de fogos com terras dentro de cada grupo [B]	Número de fogos com terras [C]	Hectares por fogo com terra [D]
Casais	64,6 %	47,4%	513	629
Homens solteiros	11,8 %	47,0%	47	1.250
Mulheres viúvas	8,6 %	41,9%	85	508
Homens viúvos	5,9 %	51,7%	46	639
Conventos	3,2 %	100,0%	3	5.364
Mulheres solteiras	2,7 %	40,0%	18	739
Fazenda absenteísta	1,7 %	100,0%	1	8.712
Padres	1,5 %	56,3%	9	834
“Aldeia”	0,0 %	100,0%	1	121
Todos os fogos com terras	100,0 %	46,9%	723	691

Fonte dos dados: *Mappa geral*. Nossa classificação e cálculos.

7. A produção canavieira

Houve plantio de cana de açúcar na região de Cabo Frio desde o início da colonização, havendo diversas referências aos engenhos ali estabelecidos (Accioli, 2017, p. 59, 64, 66). O *Mappa* registra 44 unidades como plantando cana de açúcar, sendo 13 produzindo açúcar e aguardente, 22 produzindo somente açúcar e 9 produzindo somente aguardente. As unidades que produziam somente um ou outro desses produtos eram significativamente menores que as que produziam ambos.²⁰ No caso do açúcar, os produtores exclusivos tiveram produção média registrada de cerca de 900 quilos por ano, enquanto os produtores conjuntos produziam 7.800 quilos por ano. No caso da aguardente, as 9 engenhocas produziam em média 400 litros por ano, enquanto os engenhos chegavam a 4.200 litros/ano.

Com relação às informações anotadas no *Mappa* sobre a produção canavieira, buscamos avaliar a plausibilidade das quantidades de escravos em cada

²⁰ O *Mappa* anota a produção de açúcar em “caixas” e “fechos”. Adotamos as médias de 450 quilos por caixa e 100 quilos por fecho. No caso da aguardente, convertemos “pipas” a 400 litros e “barris” a 50 litros. Todos esses valores são aproximações para amplíssima gama de valores praticados. Cf. Nunes (2002), Costa (2004) e Wikipedia “Antigas unidades...”.

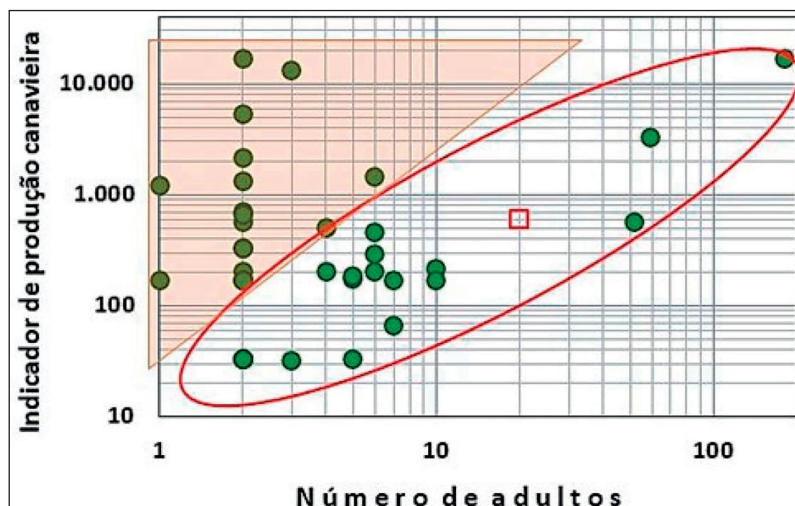
unidade produtora através da correlação entre a quantidade produzida e a força-de-trabalho disponível, incluindo não só os cativos adultos, mas também os livres adultos.

Infelizmente, as informações sobre os produtores de açúcar parecem conter importantes omissões quanto ao número de escravos: muitos engenhos com produção foram anotados como não possuindo escravos. Com referência aos produtores maiores, isto é certamente indicativo de omissões. Com referência aos produtores de menores quantidades, a presença de adultos livres (o próprio chefe do fogo, seus filhos maiores de 10 anos e agregados) deve ser levada em conta nessa estimativa, pois sua força de trabalho iria complementar ou mesmo substituir integralmente a do trabalho forçado.

No gráfico abaixo, vemos, para cada fogo, as combinações de número de adultos, tanto livres, como cativos (no eixo horizontal), associado à produção anual de açúcar da unidade (no eixo vertical). Embora de maneira muito aproximada, fica claro que, em grande parte desses fogos canavieiros, terá havido omissão no registro de escravos, pois há fogos com produção muito superior à proporcionalidade esperada entre força de trabalho e produção. Marcamos sobre os pontos dois conjuntos de combinações: (a) os fogos para os quais as anotações do *Mappa* indicam situações prováveis de proporcionalidade entre força de trabalho e produção (assinaladas pela elipse); e (b) aqueles para os quais, estando correta a anotação do açúcar produzido, seria preciso maior força de trabalho – no caso, maior número de escravos – para que se mantivesse uma proporcionalidade plausível (assinalados pela mancha triangular).²¹

²¹ Fizemos uma primeira estimativa do número de indivíduos necessários para produzir a quantidade de açúcar registrada (desconsiderando a produção de aguardente), chegando a um total de 632 pessoas, em comparação com as 412 recenseadas, entre livres e escravos. Supondo que não teria havido omissão de livres, chegamos ao total de 220 escravos não registrados no *Mappa*, ou seja, 54% do número efetivamente recenseado. Esta estimativa foi calculada pela fórmula: $P = \exp[(\ln(A) - 3,6135) / 1,431]$, onde P= número de indivíduos trabalhando e A=quilos de açúcar produzidos por ano, sendo os parâmetros determinados por regressão das combinações relevantes. Esta fórmula determina uma relação entre força de trabalho e produção anual um pouco mais eficiente que aquela representada pelos fogos marcados na elipse, isto é, subestimamos o número de trabalhadores necessários.

Figura 3 – Fogos canavieiros, segundo sua combinação de número de adultos e indicador de produção anual de açúcar e aguardente (escalas logarítmicas)



Nota: A elipse marca as combinações de número de adultos \times produção para as quais não deve ter havido omissão de escravos. A mancha triangular marca as combinações em que certamente houve tal omissão. O quadrado em vermelho marca a combinação, relatada em 1815 de 20 escravos produzindo 600 arrobas de açúcar por ano (Accioli, 2017, p. 57).

Dos 16 produtores de aguardente, 12 também produziam açúcar. Os 7 maiores produziam ambos os produtos em quantidades importantes, porém em proporções bastante diversas, Desde 0,86 até 3,91 quilos de açúcar por litro de aguardente. Se considerarmos a produção conjunta de açúcar e de aguardente, podemos chegar a estimativa possivelmente mais precisa do número de escravos que teriam sido omitidos do censo. Enquanto acima, somente com base na produção de açúcar, calculamos que teriam sido omitidos 220 escravos, agora, com base na produção tanto de açúcar como aguardente, chegamos a um total revisto de cerca de 680 escravos omitidos, isto é, mais de 60% do número total de escravos existentes na região teriam sido omitidos deste censo.²²

Fizemos ainda uma terceira estimativa do número total de escravos com base na produção conjunta de açúcar e de aguardente, porém com parâmetros para a relação força de trabalho–produção calculados a partir das 13 unidades descritas individualmente na *Relação do Marquez de Lavradio*, das quais 5 en-

²² Esta estimativa se baseou em indicador da produção canavieira conjunta igual a $I=A/3 + C/2,5$, sendo A a produção anual de açúcar (em quilos) e C a produção de aguardente (em litros), que decorre de relação técnica entre a produção dos produtos e a de cana. O número de trabalhadores foi calculado como $P = \exp[(\ln(I)-1,7835) / 1,5312]$, tendo esses parâmetros sido obtidos a partir de regressão do número de adultos relativamente ao indicador de produção.

genhos de açúcar que também produziam aguardente e 8 engenhocas de aguardente.²³ Este procedimento apontou um total de 436 escravos omitidos do censo, número correspondente a 51% da população cativa estimada, o que reputamos mais provável do que a quantidade maior. De um modo ou de outro, cremos que – somente com relação às unidades canavieiras – fica bem caracterizada a omissão de grande número de escravos no levantamento do *Mappa*.

A produção de açúcar registrado no censo é de 124 toneladas métrica por ano. Ou seja, se supusermos um consumo de um quilo por mês por adulto e de 500 gramas por criança livre e escravos adulto, incluindo os 436 que, em nossa terceira estimativa, supomos não terem sido registrados, chegamos a um consumo local de 65 toneladas, o que ainda teria deixado excedente comerciável de 59 toneladas por ano. Considerando os hábitos portugueses de se comerem doces (com muito açúcar) diariamente, cremos ser conservadora esta estimativa de consumo, tendo provavelmente sobrado menor quantidade comercializável.

8. Outras produções

Cerca de um quinto dos fogos se dedicavam ao plantio e preparo do anil. Entre os 31 fogos canavieiros, 26% também se dedicavam ao anil. É interessante notar que a produção média de anil (somente entre os fogos com alguma produção) nos fogos com escravos (36,7 kg/ano) era pouco maior (15%) do que a dos fogos sem escravos (32,0 kg/ano), embora a dos homens solteiros (52,9 kg/ano) fosse bastante superior (107%) à dos fogos de homens viúvos, o grupo com menor produção (25,6 kg/ano).

Em contraste ao anil, pelo menos metade de todos os fogos se dedicavam a plantar mandioca e fazer farinha (53%). Por tipo de fogo, a menor participação nesta atividade econômica era a das mulheres solteiras (44,4%) e a maior a das viúvas (55,7%). As demais culturas de alimentos anotados no censo (feijão, arroz e milho) eram cultivadas numa proporção um pouco menor dos fogos (42%), sendo os fogos de mulheres solteiras também aqueles com menor participação (31,1%) e aqueles chefiados por padres, os com maior (46,7%). Dos

²³ Esta terceira estimativa se valeu do mesmo indicador de produção conjunta, com o número de trabalhadores livres e cativos calculado como $P = \exp[(\ln(I) - 2,5244) / 1,4429]$, sendo os parâmetros obtidos a partir de regressão do número de adultos relativamente ao indicador de produção, que, no conjunto, apresentaram melhor coeficiente de regressão do que as unidades do *Mappa*.

31 plantadores de cana-de-açúcar com produção anotada, em 29 (94%) também se plantavam farinha e outros alimentos. Dos proprietários de gado, 71% também produziam farinha e 66% outros alimentos.

As poucas olarias (18) eram negócios de casais (12 casais e 3 viúvas), que concentravam 92% da produção. Quase todas (88%) também produziam farinha e outros alimentos. Entre os plantadores de cana, 23% também possuíam olarias. Apesar das restrições que podemos fazer à precisão dos dados do *Mappa*, essas proporções são claramente indicativas da associação entre produção comercial (no caso, açúcar, aguardente e produtos de olarias) e produção de subsistência.²⁴

Dos 1.537 fogos recenseados, 163 apresentavam gado *vacum* e 533 algum equino.

Mesmo sabendo que houve atividades econômicas que não foram anotadas nesse censo, entre os quais os transportes marítimo e terrestre, a pesca, a extração de sal, o corte de madeira e a criação de pequenos animais, podemos analisar o conjunto dos fogos que não estão associados a nenhuma atividade como um indicador de possíveis omissões de informação econômica. Encontramos 510 fogos sem anotação de atividades econômicas, sendo que, desses, 158 compreendiam 5 adultos (livres ou cativos) ou mais. Muitos desses fogos poderiam incluir adultos que prestassem serviços a produtores recenseados, mas é pouco crível que uma casa com 5 ou mais adultos não tivesse qualquer produção de subsistência ou comercial. Noutro raciocínio análogo, vemos que havia 209 fogos (32% do total sem produção de alimentos) com pelo menos 5 adultos, entre livres e escravos, que não produziam alimentos.

9. Conclusões

O *Mappa geral* registrou uma população bem estabelecida na região, com 90% dos fogos compostos por casais ou viúvos, e com provável alta natalidade, constando crianças em dois terços dos fogos. Apesar disto, era relevante a participação de homens solteiros na vida econômica na região, pois estes eram proprietários de cerca de 14% das terras, tendo cada um em média o dobro da área ocupada por casais. Pouco mais de metade dos fogos

²⁴ A *Memória histórica* (p. 223) deixa patente essa associação: “Os ramos de maior comércio que se conhecem neste distrito são os efeitos que produz a lavoura, os quais, exceptuando uma grande parte dos que são mais necessários para a sustentação daqueles povos, são exportados para esta cidade do Rio de Janeiro. O mesmo acontece com a exportação do peixe salgado, que pelo menos monta a 80.000 arrobas anualmente, e com o grande número de dúzias de tabuados e madeiras de diferentes qualidades.” [nosso grifo]

eram proprietários de escravos, porém havia somente 4 senhores com mais de 100 cativos (representando menos de 16% do total de escravos), tendo os demais proprietários de escravos em média 3,2 cativos (com mediana de 3,0), incluindo crianças cativas (26% do total de cativos), havendo entre eles maior número de homens adultos do que de mulheres adultas. A atividade econômica registrada no *Mappa* girava essencialmente em torno de produtos para alimentação, sendo provavelmente menor o excedente comerciável, seja de alimentos, seja de açúcar e aguardente ou mesmo das manufaturas de olarias.²⁵ O principal produto anotado com destino exclusivamente comercial era o anil, plantado por 22% dos fogos e que seria vendido para a administração real. Essas as informações que constam do *Mappa*; o que podemos inferir sobre as informações omitidas?

Este censo constitui fonte preciosa sobre grande variedade de informações demográficas e econômicas da região de Cabo Frio ao final do século XVIII. Apesar de incluir as principais atividades comerciais, deixou de recensar numerosas ocupações de subsistência e de ganho comercial, entre as quais a pesca, a extração de sal e a caça a baleias. Além do mais, uma análise mais detalhada baseada na coerência interna de seus dados revela omissões praticamente certas: (a) no número de escravos registrados nas unidades produtoras de açúcar e/ou aguardente; (b) na quantidade de crianças cativas; e (c) no registro de atividades econômicas, possivelmente com maior incidência entre os fogos recenseados com 5 adultos ou mais, considerando tanto pessoas livres quanto cativas. Teria havido, também, subregistro mais provável entre meninas escravas e mesmo entre as livres mais jovens. Com as informações do número de escravos e da produção em engenhos constantes do relato para o Marquês do Lavradio, pudemos apurar uma estimativa do número de escravos possivelmente omitidos nas unidades plantadoras de cana. Vemos esta metodologia comparativa de várias fontes como caminho relevante para avaliar a precisão e completude dos dados deste censo.

De todo modo, a grande importância historiográfica do *Mappa* e de sua exegese quantitativa ficam reafirmadas pelo fato de que, afóra levantamentos pontuais com base em inventários *post mortem* de proprietários falecidos no século seguinte, a próxima fonte cronologicamente disponível para historiadores com informações demográficas e econômicas sobre Cabo Frio (assim

²⁵ Accioli (2017, p. 69) traz o relato de Maximiliano Neuwied de que:“(...) os habitantes [da vila de Cabo Frio] viviam da exportação de certos produtos como a farinha e o açúcar (...) ‘objeto de um comércio com a costa, feito por algumas lanchas’ ”.

como sobre outras regiões recenseadas pela coroa portuguesa na mesma época) será o Recenseamento do Brasil em 1920, mais de 120 anos depois.

Referências

Fontes primárias

Descrição do Districto da Guaratiba da Capitania do Rio de Janeiro, feita por ordem do Ilmo. e Exo. Senhor Conde de Resende, Vice Rey e Cap. General de Mar e Terra do Estado do Brasil. 1797. AHU-Rio de Janeiro, cx. 165, doc. 62.

Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende. 1797. AHU-Rio de Janeiro, cx. 165, doc 62.

Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, v.33, n.40, p. 135-142, 1870.

Mappa geral dos fogos, populações, engenhos, fãbricas, gados e rendimento anual pertencente ao distrito de Cabo Frio [1797]. *Projeto Resgate.* AHU-Rio de Janeiro, cx. 165, doc.62.

Memorias publicas e economicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos, por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. Rio de Janeiro: *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil.* v.47, n.68, p. 25-51, 1884.

Memória histórica da Cidade de Cabo Frio e de todo o seu distrito compreendido no termo de sua jurisdição. Ano de 1797. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, v. 46, n.66-1, p. 205-236, 1883.

Relação da Cathedral. 1750. *British Museum. Department of Manuscripts. Additional Papers # 15201, f. 383-387v.* (Transcrição do Prof. Luciano Figueiredo, UFF).

Relações parciais apresentadas ao Marquez de Lavradio. [em 1779]. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, v.76, n.1, p. 285-360, 1913.

Fontes impressas

ANDREONI, G. A. [ANTONIL, A. J.]. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Com estudo biobibliográfico por Affonso D'Escragnoille Tournay, 1922 [1711]. Disponível em: <[http://www.culturatura.com.br/obras / Cultura%20e%20opul%C3%Aancia%20do%20Brasil.pdf](http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20opul%C3%Aancia%20do%20Brasil.pdf)> (14/12/2021)

LAXE, J. B. C. (1885). *Regimentos das Câmaras Municipais*. 2ª ed. (revista, corrigida e aumentada por A. J. de Macedo Soares). Rio de Janeiro: B. L. Garnier. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227296>>. Acesso em: 04/04/2018.

PIZARRO E ARAÚJO, J. de S. A. Verbete “N. Senhora da Assumpção de Cabo Frio”. *Memórias históricas do Rio de Janeiro (...)*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, t. 2, p. 129–182, 1820. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182898>>. Acesso em: 15/06/2017.

REIS, M. M. do C. (2011). *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis, 1785. Descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes (2ª Ed.)*. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima / Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Fontes secundárias

ACCIOLI, N. T. A expedição de Maximiliano de Wied Neuwied do Rio de Janeiro a Cabo Frio (1815). RIBEIRO, F. M. F; MOREIRA, L. G. S. (Orgs.) *Cabo Frio. 400 anos de história*. Brasília, DF; Cabo Frio, RJ: Instituto Brasileiro de Museus, 2017, p. 49–73.

AIDAR, B. A abolição do estanco do sal e a arquitetura de poderes na Capitania de São Paulo, 1795–1806. São Paulo: *Revista de História*, n. 174, p. 161–197, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115376>>. Acesso em: 09/09/2021.

ALDEN, D. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1968.

ALDEN, D. *The Growth and Decline of Indigo Production in Colonial Brazil: A Study in Comparative Economic History*. *The Journal of Economic History*,

25(1):35-60, 1965. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2116392>>. Acesso em 14/12/2016.

BACHA, M. F. F. O legado da exploração baleeira para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. *IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T (MAST)*, Rio de Janeiro, dezembro de 2016. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_anais_ivspct_2/pdf_04/39%20%20%2009%20Artigo%20Mast%20-%20Baleias.pdf>. Acesso em: 07/09/2021.

BARBOSA, A. L. G. Convento Nossa Senhora dos Anjos – Patrimônio e história local em Cabo Frio. *I Simpósio Virtual MRSSJDR: Reflexões acerca da Identidade e Identificação do Museu*. São João del-Rei, MG, setembro 2020. Disponível em: <<https://museuregionaldesaojoaodelrei.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Andre-Luiz-Garrido-Barbosa.pdf>>. Acesso em: 09/09/2020.

BROWN, L.V. *Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and Its Hinterland, 1790-1822*. 1986. Tese (PhD), University of Virginia.

CASTELLUCCI Jr., W. História conectadas por mares revoltos: uma história da caça de baleias nos Estados Unidos e no Brasil (1750-1850). Rio de Janeiro: *Revista de História Comparada*, v. 9, n. 1, p. 88-118, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/2352>>. Acesso em: 07/09/2021.

CASTRO, A. B. de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. 1976. Tese (Doutoramento) IFCH, Unicamp. Disponível em <<http://www.abphe.org.br>> (Banco de teses). (14/12/2021).

CASTRO, A. B. de. “As mãos e os pés do senhor de engenho”: dinâmica do escravismo colonial. IN: PINHEIRO, P. S. (coord). Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

COSTA, R. M. M. da. Os Açores em finais do regime de capitania geral, 1800-1820 (vol.2). 2004. Tese (Doutoramento em História), Universidade da Madeira. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.3/517>>. Acesso em: 13/01/2022.

GODOY, M. M. (2007). Civilizações da *cana-de-açúcar*. Dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. Texto para discussão n°304. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20304.pdf>> (14/12/2021).

JOÃO, C. R. V. Terra do sal. Projeto de um museu do sal em Praia Seca, Araruama-RJ. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10370/Terra%20do%20Sal.pdf>>. Acesso em: 07/09/2021.

KAI, H. M. *Três ensaios em demografia econômica*. Tese (Doutorado) Dept. de Economia. PUC, Rio de Janeiro, 2009.

LAMEGO, A. R. O homem e a restinga. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

LIMA, J. S. *Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos para a sua conservação, nos séculos XIX e XX*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências), PGCS, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2009.dissertacao.JOSE-MARA-SALLES-LIMA.pdf>>. Acesso em: 09/09/2021.

MORTARA, G. *Análise da distribuição das mulheres prolíficas segundo o número de filhos tidos, conforme o censo de 1940, e cálculo de uma tábua de prolicidade para o Distrito Federal*. In: . *Estudos sobre a natalidade e a mortalidade no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1952, p. 20-34.

MORTARA, G. The Brazilian Birth Rate: Its Economic and Social Factors. In: LORIMER, F. *et al.* *Culture and Human Fertility*, p. 405-501. Paris: Unesco/IUSSP, 1954.

NUNES, N. N. O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico. Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira. 2002. Diss. (Doutoramento em Linguística Românica). Madeira: *Universidade da Madeira*. Disponível em: <<https://historiapt.info/pdfview/o-accar-de-cana-na-ilha-da-madeira-do-mediterrneo-ao-atlntico.html>>. Acesso em: 13/01/2022.

OLIVEIRA, V. L. A. “O último meio de se poderem aumentar os gêneros e o comércio nestas conquistas”: lavradores, vice-reis e o fomento econômico no Rio de Janeiro colônia. XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, ABPHE, 2017. Niterói. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br>>. Acesso em: 06/04/2021.

PAZ, M. de O. *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros), ICS, Universidade de Lisboa. Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24538/1/ulff212801_tm.pdf>. Acesso em: 07/09/2021.

PEREIRA, O. N. A.; CASTRO, E. M. N. V. de; BASTOS, M. R.; DIAS, J. A.; RODRIGUES, M. A. da C.; FONSECA, L. C. da. A colonização portuguesa na região de Cabo Frio (Rio de Janeiro, Brasil) e o desenvolvimento da atividade piscatória. Coimbra: Revista Portuguesa de História, v. 48, p. 151-173. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/0870-4147_48_7>. Acesso em: 07/09/2021.

PESAVENTO, F. O azul fluminense: Um estudo sobre o comércio do anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818. Rio de Janeiro: Econômica, v. 7, n. 1, p. 207-231, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/economica.7i2.p169>>. Acesso em: 06/04/2021.

RIBEIRO, J. A. G.; CAVASSAN, O. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. Bogotá: Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias, v. 8, n. 2, p. 61-76, 2013. Disponível em: <<https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/GDLA/article/view/5149/6768>>. Acesso em: 11/09/2021.

SAUER, A. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Indicador para 1900. Rio de Janeiro: Editora Tipográfica do Brasil, s/d. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/313394/per313394_1900_A00057.pdf>. Acesso em: 09/01/2022.

VITORINO, A. J. R.; RIZZI, D. D. O mercado interno na América portuguesa: “Exclusivo” metropolitano do comércio colonial e os “descaminhos

do sal” na Capitania de São Paulo na primeira metade do século XVIII. São Paulo: Estudos Econômicos, v. 42, n. 4, p. 827-856, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/47025>>. Acesso em: 10/09/2021.

WIKIPEDIA, Verbete “Antigas unidades de medida portuguesas”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Antigas_unidades_de_medida_portuguesas>. Acesso em: 13/01/2022.

APÊNDICE – Uma “função de produção canavieira” para a capitania do Rio de Janeiro ao final do século XVIII

terra / bois / caldeiras / escravos / produção >> cana

Embora intuitivo, o conceito de “função de produção” mostra-se de especificação complexa: quanto de um produto se pode obter com quantidades variáveis de insumos, sendo estes usualmente repartidos entre capital, mão-de-obra e tecnologia. Como, a princípio, uma mesma combinação de insumos poderia gerar diversas quantidades de um produto, conforme varie a eficiência do processo de produção, costuma-se precisar que a função estabelece a quantidade máxima que se poderia obter com cada combinação de insumos.²⁶

O uso desse conceito para uma época sobre o qual as fontes disponíveis não nos esclarecem sobre todos os elementos quantitativos necessários para a correta especificação de tal instrumento analítico requer qualificações importantes. Antes de abordá-las, relacionamos, de modo sumário, um rol de aspectos técnicos relativos à agricultura da cana-de-açúcar e à produção de açúcar e álcool que deixam patentes as numerosas dificuldades envolvidas na empreitada de buscar resumir as condições da produção canavieira setecentista por uma relação quantitativa entre força de trabalho e produtos.

A quantidade de açúcar que se pode extrair da cana depende tanto do teor de açúcar contido na planta no momento de seu processamento, quanto do processo manufatureiro empregado nessa extração. Vale o mesmo para a quantidade de álcool, no caso, a aguardente produzida. Em primeiro lugar, é essencial termos claro que os termos “açúcar” e “aguardente” referem-se a uma gama de produtos, com especificações diversas, especialmente no tocante ao teor de açúcares no “açúcar” e de álcool na “aguardente”. Desde a época colonial o açúcar foi comercializado a preços diferentes conforme sua pureza, então distinguida simplesmente em açúcar mascavado e branco. Essa variedade expandiu-se com o tempo, para abranger, no século XIX, categorias como mascavo, somenos, de usina, de primeira... e, posteriormente, categorias graduadas por teor de açúcares apurado sob condições laboratoriais definidas. A aguardente também apresentava forte variação em seu teor alcoólico, desde faixas mais próximas ao teor dos vinhos (em torno dos 12 por cento por vo-

²⁶ Ver, por ex., <https://en.wikipedia.org/wiki/Production_function>.

lume) até a faixa correspondente aos destilados (em torno dos 40 por cento por volume).

Pelo lado agrícola, sabemos que as diversas espécies e variedades de cana-de-açúcar apresentam grande leque de potencial máximo de açúcares e de capacidade de resistência a doenças e pragas. Sabemos também que as características do solo, do regime de chuvas e do manejo agrícola são determinantes para o melhor aproveitamento desse potencial açucareiro. Além disso, muitos aspectos do cultivo e corte têm consequências decisivas para o teor de açúcares efetivamente extraído da planta, entre estes a estação de plantio, o número de anos de corte sem replantio, a época de corte, a insolação e/ou chuva no período de corte e o intervalo entre o corte da planta e a extração de seu caldo.

Pelo lado industrial, a fraca capacidade de esmagamento da cana foi aspecto característico do processo na época colonial, pois somente com o uso de rolos horizontais e, posteriormente, de metal inteiriço é que houve maior eficiência na extração do caldo. A força motriz empregada também foi decisiva, sendo os mais eficientes engenhos aqueles que se valiam de rodas d'água. Todos dependiam, então, de abundantes matas para alimentar seus fornos, já que o uso regular do bagaço para queima só se tornou relevante a partir do século XIX, com o plantio de canas de maior teor em fibras e a maior extração de caldo, o que tornava o bagaço menos úmido. Com esparsos melhoramentos, as demais técnicas de produção do açúcar permaneceram tradicionais ao longo de todo o período colonial, até meados do século XIX, quando surgiu o uso de maquinário a vapor e sob pressão.

Embora, de Antonil (Andreoni, 1711) a Antônio Barros de Castro (1976), prosseguindo com autores mais recentes, a economia e a produção canavieira coloniais tenham sido extensamente estudadas, pouco se sabe sobre os parâmetros técnicos quantitativos dessa cultura e manufatura. Deve-se isso à concentração de fontes nos preços e nas quantidades exportadas, sem referências que vinculassem tal produção à área plantada e aos demais condicionantes agrícolas e industriais. A exceção a essa ausência de informações diz respeito ao número de escravos empregados nos engenhos. Trata-se de informação de grande importância, apesar de sabermos ser complexo traçar uma relação direta entre tal número e a quantidade de açúcar e/ou aguardente produzida, devido à ausência de dados sobre as condições agrícolas e manufatureiras de cada unidade e, principalmente, devido à diversidade de usos em que foi empregada a mão-de-obra escravizada.

Com relação à produção de açúcar e aguardente na capitania do Rio de Janeiro ao final do século XVIII, resumimos, a seguir, um método de investigação e de estimação de parâmetros que reputamos bastante robusto, no quadro de tantas incertezas sobre as condições efetivas da época. A discussão completa de fontes, do método proposto e dos resultados obtidos será apresentada noutro texto, em preparação, restringindo-nos, aqui, a comentários sobre a precisão dos dados de produção anual e número de cativos conforme registrados no *Mappa geral dos fogos, populações, engenhos, fábricas, gados e rendimento anual pertencente ao distrito de Cabo Frio* [em 1797].

A hipótese básica dessa metodologia é supor terem sido minimamente precisos, enquanto conjunto estatístico, os dados demográficos e sobre produção registrados nos diversos censos populacionais e econômicos executados por ordem real, na capitania do Rio de Janeiro durante as últimas décadas do século XVIII e anos iniciais do XIX. Essa suposição – devemos frisar – deixa aberta a possibilidade de ter havido fogos não recenseados e de ter havido atividades econômicas não registradas, apesar de realizadas por fogos recenseados. Também deixa aberta a possibilidade de eventuais omissões e subenumerações de cativos em cada fogo. Supomos, assim, que os censos resultaram em dados com qualidade diversa, isto é, que cada mestre de campo ou outro responsável pelos levantamentos tenha tido cuidados variáveis quanto à precisão e completude geral das informações que anotou. Dadas essas suposições, consideramos que o método mais produtivo para a avaliação da correção de dados específicos deva partir da representatividade do conjunto das informações recenseadas. Como deixaremos claro, isto não significa simplesmente adotar uma média geral de todas as unidades como o parâmetro mais provável. Creemos necessário avaliar que dados constituem um conjunto plausível para representar uma “regra geral” e quais escapam a tal plausibilidade, refletindo seja a diversidade de situações em cada unidade de produção, seja a diversidade na precisão do levantamento das informações.

Como proposta historiográfica, este método acarreta darmos atenção quase exclusiva às fontes do período e da região analisada. As economias açucareiras do Nordeste, de São Paulo ou de Minas Gerais têm pouca relevância para a aferição dos “parâmetros canavieiros fluminense ao final do século XVIII”. Havendo, no futuro, a aplicação da mesma metodologia a essas outras regiões do Brasil colonial, poderiam ser realizadas análises comparativas esclarecedoras.

Com relação ao contexto de inescapáveis incertezas e de comprovadas variações que sabemos ter existido nos engenhos fluminenses do período,

cremos que o método proposto traz uma solução estatística interessante, ao especificar, dentro do universo recenseado, uma faixa de condições que consideramos como “a norma canavieira fluminense” de então. Os numerosos estudos sobre a sociedade e a economia fluminense que trataram dos engenhos e de seus proprietários, com suas respectivas famílias e escravarias, nos oferecem um conjunto de circunstâncias históricas reconhecidas para contextualizar os resultados quantitativos proporcionados pelo método. Com isso, as discrepâncias nas unidades recenseadas que não se conformam à “regra geral” podem ser entendidas por apresentarem condições demográficas e econômicas menos usuais, porém comprovadamente existentes na região e na época.

Empregamos como fonte-base de informações quantitativas a relação de 484 engenhos e engenhocas listadas nas *Relações parciais apresentadas ao Marquez de Lavradio*, em toda a capitania do Rio de Janeiro, com registro de produção anual de açúcar e/ou aguardente, bem como com o número de seus escravos. Esses levantamentos ocorreram no final de 1778 e início de 1779. A presente análise de Cabo Frio se vale desses parâmetros, comparados às 37 unidades canavieiras recenseadas no *Mappa Geral* de 1797, isto é, pouco menos de duas décadas depois.

O tratamento dos dados se inicia com a conversão para unidades métricas (quilos e litros) da produção expressa em caixas e fechos de açúcar e pipas e barris de aguardente.²⁷ Em seguida, numa etapa que requer hipóteses sobre as condições agrícolas e manufactureiras da época, relativamente às condições atuais, unificamos ambas essas produções numa estimativa da respectiva produção de cana em cada unidade.²⁸ A seguir, calculamos o indicador principal do método, que relaciona a quantidade de cana produzida com a força de trabalho, mensurada pelo número de cativos existentes no fogo, acrescidos de duas pessoas. Esse indicador, *k*, é calculado como:

$$k = \text{Ln}(C) / \text{Ln}(E+2), \text{ onde}$$

Ln representa o logaritmo neperiano do número entre parênteses;

C é a produção de cana, em quilos; e

E é o número de escravos registrados na fonte.

²⁷ Conforme..., consideramos as caixas de açúcar com 400 kgs e os fechos com 100 kgs. As pipas de aguardente com 480 litros e os barris com 40 litros.

²⁸ Conforme argumentamos no mencionado texto em preparação, resumimos a produção de cana pelos parâmetros de 20 quilos de cana para um quilo de açúcar e de 10 quilos de cana para um litro de aguardente.

Acrescentamos 2 ao número de escravos, em parte por razões matemáticas, de modo a evitar a inexistência de logaritmo, quando não há cativos, ou a possibilidade de denominador nulo, quando só houver um cativo registrado. Simultaneamente, em termos interpretativos, esse acréscimo representa a presença de um senhor e mais uma pessoa. Nos planteis mais numerosos, este recurso tem pequeno efeito numérico. Torna-se mais relevante nos casos de planteis com 4 cativos ou menos, quando os indivíduos adicionais podem ser considerados pessoas livres que participariam da produção. No caso do *Mappa geral* de Cabo Frio, poderemos analisar um indicador relativo não só o indicador calculado dessa forma, como outro, que considere o número total de adultos, livres e cativos.

Resumimos o argumento nos tópicos seguintes:

1) Há razoável diversidade no indicador com relação ao tamanho do plantel e da produção, havendo, no entanto, clara concentração da produção em torno de uma estreita faixa de valores do indicador.

2) A distribuição da produção, segundo seu valor do indicador, é bastante concentrada nas unidades que produzem açúcar e aguardente e nas unidades que só produzem açúcar, enquanto a produção nas unidades com produção exclusiva de aguardente se espalha por uma ampla faixa de valores do indicador.